



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

**PARECER:** 338/2019–G4P

**ASSUNTO:** APOSENTADORIA

**REFERÊNCIA:** PROCESSO Nº 28.944/2018-e

**EMENTA:** 1. APOSENTADORIA. VOLUNTÁRIA. CARGO. ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL. ÓRGÃO. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DF (SEDESTMIDH). PROVENTOS INTEGRAIS. FUNDAMENTO. EC Nº 47/2005. DECISÃO Nº 5.407/2018. ANISTIADO POLÍTICO. ADCT. LEI Nº 10.559/2002. LEI Nº 6.683/1979. COMISSÃO DE ANISTIA. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONTAGEM DE TEMPO PARA TODOS OS EFEITOS. LIMITAÇÃO. AUSÊNCIA DO REQUISITO TEMPORAL  
2. INSTRUÇÃO SUGERE CUMPRIMENTO DA **DILIGÊNCIA, ILEGALIDADE DA CONCESSÃO E DETERMINAÇÃO.**  
3. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF.

1. Cuida-se da concessão de aposentadoria voluntária, com proventos integrais, a Celia Zanquetta, matrícula nº 231.374-X, no cargo de Especialista em Assistência Social, Classe Especial, Padrão V, nos termos do art. 3º, I, II e III, e parágrafo único, da EC nº 47/2005, regra de transição da citada EC, de acordo com ato publicado no DODF de 29/1/2015.

2. Na fase anterior, o c. **Plenário**, por meio da r. Decisão nº 5.407/2018, assim deliberou:

*“O Tribunal (...) determinou à Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, notifique a servidora Celia Zanquetta, a fim de que a interessada, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, apresente sua defesa a este Tribunal, diante da possibilidade de sua aposentadoria vir a ser considerada ilegal em razão do eventual descompasso entre o que fora decidido pela Comissão de Anistia (Cf. Portaria nº 3722, de 20/12/2013, publicada no DOU de 23/12/2013) e a sua materialização pelo GDF (Cf. ato do Ex-Governador Agnelo Queiroz publicado no DODF de 17/09/20142 e Ordem de Serviço de 28/01/2015 da SEDESTMIDH/DF, publicada no DODF de 29/01/2015).”*

3. A Unidade Técnica salientou que, em atendimento à diligência plenária, a servidora fora notificada, por meio da Carta SEI-GDF nº 33/2018 –



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

IPREV/DIPREV/CORED/GAD, acerca da deliberação do c. **Tribunal**. Após, a interessada protocolou a defesa, que fora juntada nos autos (e-DOC AFC30FDD-c).

4. A 2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal resumiu a defesa apresentada pela Sra. Celia Zanquetta, nos seguintes termos:

“2 - DEFESA

11. A defendente alegou que não há nenhuma irregularidade na sua aposentadoria, pois como anistiada política com fundamento no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e na Lei nº 10.559/2002, teria direito a ser reintegrada aos quadros do GDF e o tempo em que esteve compelida ao afastamento das atividades profissionais deve ser contado para todos os efeitos. E deste modo, a Portaria MJ nº 3722, publicada no DOU de 21/12/2013, seria viciada porque teria limitado a contagem do tempo para todos os efeitos ao período de 02/08/1972 a 05/10/1988, contrariando assim o inciso III do artigo 1º da Lei nº 10.559/2002, o qual dispõe que o tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais será contado para todos os efeitos.

12. Ao final pediu:

a) o recebimento da Defesa;

b) que seja mantida a decisão da jurisdicionada que ampliou os efeitos da conclusão da Portaria MJ nº 3722, pois essa ampliação está amparada pela Lei Federal nº 10.559/2002 e pelo art. 8º do ADCT;

c) que a Portaria MJ nº 3722, publicada no DOU de 21/12/2013, seja considerada viciada porque teria limitado a contagem do tempo para todos os efeitos ao período de 02/08/1972 a 05/10/1988, contrariando assim o artigo 1º da Lei nº 10.559/2002.”

5. Dando continuidade à análise destacou que, de acordo com a r. Decisão nº 5.407/2018, a ex-servidora deveria apresentar as razões de defesa, diante da possibilidade de sua aposentação ser considerada **ilegal** “tendo em vista o descompasso entre o que fora decidido pela Comissão de Anistia, que levou à publicação da Portaria do Ministério da Justiça nº 3722, de 20/12/2013 (no DOU de 23/12/2013) e a sua materialização pelo GDF (ato de reintegração publicado no DODF de 17/09/2012 e concessão de aposentadoria (Ordem de Serviço de 28/01/2015 da SEDESTMIDH/DF, publicada no DODF de 29/01/2015)”.

6. Ademais, teceu as seguintes considerações:

“14. De acordo com a Portaria MJ nº 3722, publicada no DOU de 23/12/13, a Senhora Célia Zanquetta fora declarada anistiada política com direito a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, e com direito a poder contar como tempo de serviço, para todos os efeitos, o período compreendido de 02/08/1972 a 05/10/1988 (nos termos do artigo 1º, incisos I, II e III, da Lei nº 10.559/2002). Adicionalmente, por meio de ato publicado no DODF de 17/09/2014, o GDF a ela concedeu: Reintegração no Cargo de Especialista em Assistência Social – Assistente Social, a contar de 23/12/2013, e restabelecimento de todos os seus direitos de servidora, conforme Portaria nº 3.722 de 20/12/2013, publicada no Diário Oficial



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

da União nº 248, de 23/12/2013, do Ministro de Estado de Justiça, nos termos dos incisos I, II e III, art. 1º, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

*15. No ato do então Governador do Distrito Federal, consta que a reintegração da Senhora Celia Zanquetta ao quadro de servidores do GDF e o restabelecimentos de seus direitos de servidora ocorreram em conformidade com a Portaria MJ nº 3.722 de 20/12/2013 e nos termos dos incisos I, II e III do art. 1º da Lei nº 10.559/2002. **No entanto, a mencionada portaria do Ministério da Justiça nada pronunciou a respeito de reintegração nem a respeito do restabelecimento de quaisquer direitos de servidora. Quanto a estar de acordo com os termos do inciso I, II e III da Lei nº 10.559/2002, veremos adiante.***

7. Acrescentou que, na defesa apresentada pela servidora, consta a afirmativa de que a “jurisdicionada ampliou os efeitos da portaria do Ministério da Justiça que concedeu anistia política à Sra. Celia Zanquetta.”

8. Referente à concessão da anistia, o Corpo Técnico registrou que:

*“17. A anistia fora concedida nos termos dos incisos I, II e III do artigo 1º da Lei nº 10.559/2002 (lei que regulamentou o artigo 8º do ADCT). Mencionado artigo 1º elencou os direitos que poderiam ser concedidos ao anistiado:*

*‘Art. 1o O Regime do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:*

*I - declaração da condição de anistiado político;*

*II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1o e 5o do art. 8o do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;*

***III - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias;***

*IV - conclusão do curso, em escola pública, ou, na falta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior, mesmo que este não tenha correspondente no Brasil, exigindo-se para isso o diploma ou certificado de conclusão do curso em instituição de reconhecido prestígio internacional; e*

*V - reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.*

*Parágrafo único. Aqueles que foram afastados em processos administrativos, instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão, serão reintegrados em seus cargos.’ (o grifo não é do original)*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

18. *Conforme disposto no inciso II do artigo acima transcrito, a readmissão seria assegurada nas condições estabelecidas no caput e nos §§1º e 5º do artigo 8º do ADCT. Vejamos:*

*(...)*

19. *O caput do artigo 8º do ADCT delimitou aqueles que seriam os beneficiados pela anistia, mas nada mencionou a respeito de reintegração ou readmissão. A readmissão foi assegurada no §5º do artigo 8º do ADCT. Esse parágrafo assegurou a readmissão, com efeitos financeiros a contar de 08/10/1988, aos que haviam sido demitidos a partir de 1979:*

*a) por atividades relacionadas a greves ou em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632/1978 ( que dispôs sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional); e*

*b) por motivos exclusivamente políticos.*

20. *O inciso V do artigo 1º da Lei nº 10.559/2002 dispôs sobre a reintegração dos servidores e empregados públicos demitidos em razão de sua vinculação a atividades grevistas. E, o parágrafo único trata daqueles que foram demitidos sem que a eles fossem dados o direito ao contraditório e à própria defesa e nem dado direito a conhecer os motivos e fundamentos de sua demissão. A Lei nº 10.559/2002 não delimitou no tempo aqueles que seriam os beneficiados pelo inciso V e pelo parágrafo único do seu artigo 1º. Contudo, a delimitação encontra-se no §5º do artigo 8º do ADCT, segundo o qual seriam readmitidos aqueles que haviam sido demitidos a partir de 1979.*

21. *Em requerimento datado de 14/08/2006, dirigido à Governadora do Distrito Federal, a interessada alegou que fora demitida, sem justa causa, do cargo de Assistente Social da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, em 02/08/1972, por ter participado de movimentos estudantis em 1968 (fl. 02 do Processo GDF nº 030-003.546/2006 - aba 'Anexos e Observações' – arquivo: PROCESSO CÉLIA ZANQUETA - PARTE 1 – FOLHAS 01 A 50). Após narrar os fatos requereu o seguinte:*

*'Em face do exposto, a requerente clama por seus direitos com base na Lei de Anistia, solicitando, em caráter de urgência, sua reintegração ao quadro de funcionários da extinta Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, que passou a integrar a Secretaria de Ação Social do Distrito Federal (SEAS), sem prejuízo de 34 anos de exercício profissional - indenização baseada no salário atual, considerando-se o tempo de serviço (anuênios)-, período de férias equivalentes, licenças-prêmio, função de confiança, que por certo teria ocupado ao longo de tantos anos, bem como sua incorporação, e demais direitos devidos.'*

22. *Após ser instruído no GDF, o pleito da interessada foi encaminhado para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, onde recebeu o número de protocolo 2006.16.55528. O processo recebeu novo número de protocolo (de Processo GDF nº 030-003.546/2006 passou a ser Requerimento de Anistia nº 2006.0155528), mas a numeração das páginas manteve mesma sequência (Processo GDF nº 030-003.546/2006 – fls. 61/65 - (aba 'Anexos e Observações' – arquivo: PROCESSO CÉLIA ZANQUETA - PARTE 3 – FOLHAS 101 A 151).*

23. *A transferência do processo do GDF para o Ministério da Justiça foi em decorrência do disposto nos artigos 10 (redação original), 11 e 12 da Lei nº 10.559/2002 e da revogação do artigo 2º da Lei nº 6.683/1979.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

24. A Lei nº 6.683/1979 concedeu anistia relacionada a fatos ocorridos entre 02/09/1961 e 15/08/1979. Essa lei, em seu artigo 2º, estabelecia que, nos Estados e no Distrito Federal, os servidores poderiam requerer o seu retorno ou a sua reversão ao serviço ativo por meio de requerimento dirigido ao Governador:

Lei nº 6.683/1979

(...)

Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo: (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

I - se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

II - se servidor civil da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

III - se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

IV - se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex-integrantes das Políticas Militares ou dos Corpos de Bombeiro, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos comandantes. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002 (o grifo não é do original))

25. O artigo 2º da Lei nº 6.683/1979 foi revogado pela Lei nº 10.669/1979. E, conforme o disposto nos artigos 10 (redação original), 11 e 12 da Lei nº 10.669/1979, a partir da publicação dessa última, caberia ao Ministro da Justiça decidir a respeito dos requerimentos de anistia e dos direitos daí decorrente. Consequentemente, todos os processos relacionados a anistia política em tramitação na Administração Pública direta e indireta deveriam ser transferidos para o Ministério da Justiça, para que fossem analisados pela Comissão de Anistia, criada para examinar os requerimentos e assessorar o Ministro de Estado em suas decisões:

Lei nº 10.559/2002

(...)

Art. 10. Caberá ao Ministro de Estado da Justiça decidir a respeito dos requerimentos fundados nesta Lei.

Art. 11. Todos os processos de anistia política, deferidos ou não, inclusive os que estão arquivados, bem como os respectivos atos informatizados que se encontram em outros Ministérios, ou em outros órgãos da Administração Pública direta ou indireta, serão transferidos para o Ministério da Justiça, no prazo de noventa dias contados da publicação desta Lei.

(...).

Art. 12. Fica criada, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos referidos no art. 10 desta Lei e assessorar o respectivo Ministro de Estado em suas decisões.”





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

9. Ademais, consignou:

*“26. Do Requerimento de Anistia nº 2006.16.55528 às fls. 125 a 129 (aba ‘Anexos e Observações’ – arquivo: PROCESSO CÉLIA ZANQUETA - PARTE 5 - FOLHAS 203 A 289 FINAL), destacamos do Relatório/Voto o seguinte:*

*(...)*

*27. Conforme consta às fls.129 e 130 do Requerimento de Anistia nº 2006.16.55528 (aba ‘Anexos e Observações’ – arquivo: PROCESSO CÉLIA ZANQUETA - PARTE 5 - FOLHAS 203 A 289 FINAL), **o relator do caso concluiu que a Senhora Celia Zanquetta faria jus à reparação econômica em caráter indenizatório em prestações permanentes e continuadas e à contagem para todos os efeitos do tempo compreendido entre a data de seu desligamento e a data de promulgação da Constituição Federal de 1988** (de 02/08/1972 até 05/10/1988). A proposta do relator fora acolhida, **por unanimidade**, na 9ª Sessão de Turma da Comissão de Anistia, realizada no dia 04 de abril de 2013. Posteriormente, em 23/12/2013, fora publicada a Portaria nº 3722, de 20 de dezembro de 2013, do Ministério da Justiça, relativa ao resultado do julgamento do pedido de anistia da Senhora Celia Zanquetta:*

*(...)*

*28. As conclusões da Comissão de Anistia foram a base para a decisão do Ministro da Justiça, materializada na Portaria MJ nº 3722, de 20/12/2013, que reproduziu fielmente as conclusões da mencionada Comissão, ao declarar que a interessada era anistiada política e, em seguida, elencar os direitos a ela concedidos. Na Ata de Julgamento da Comissão de Anistia e na portaria do Ministério da Justiça, não consta que a interessada deveria ser reintegrada ao Quadro de Servidores do GDF e nem que o tempo posterior à promulgação da Constituição de 1988 poderia ser contado para todos os efeitos funcionais.”*

10. Do exposto, a Unidade Técnica salientou que a “defendente argumentou que a portaria por meio da qual o Ministério da Justiça lhe concedeu anistia é **viciada**. Não é competência desta Corte de Contas manifestar-se a respeito de Portaria emitida pelo Ministério da Justiça. No entanto, observa-se que, conforme previsto na Lei nº 10.559/2002, o pedido da Senhora Celia Zanquetta fora analisado pela Comissão de Anistia. E, sendo devidamente notificada do resultado da análise do seu pedido, a anistiada desistiu de recorrer.”

11. Quanto à aposentadoria da Sra. Celia Zanquetta, destacou que a SEDEST considerou, para todos os efeitos, o período posterior à 5/10/1988, ultrapassando o limite determinado na Portaria MJ nº 3722, de 20/12/2013. Ressaltou que na referida norma “a contagem para todos os efeitos ficou limitada ao período compreendido entre o afastamento da interessada e a promulgação da Constituição Federal de 1998. A contagem do período posterior a 05/10/1988 está, portanto, em descompasso com a citada portaria do Ministério da Justiça. Em sendo assim, a presente defesa há que ser considerada improcedente.”

12. Alertou que a contagem de tempo de serviço, posterior a 5/10/1988, decorreu de ato do então Governador do DF, que reintegrou a interessada no serviço público distrital, sem “respaldo na Lei nº 10.559/2002, uma vez que conforme disposto no artigo 10 dessa mesma lei,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*caberia ao Ministro da Justiça decidir a respeito dos requerimentos nela fundados, ou seja, requerimentos relacionados à declaração de anistia e aos direitos dela decorrentes.”*

13. Nesse sentido, ainda esclareceu:

*“32. A impossibilidade de se contar para todos os efeitos o tempo posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, por si só, já torna ilegal a concessão da aposentadoria em análise, por falta de cumprimento do requisito temporal. Acrescente-se, ainda, que a reintegração é também resultado do descompasso entre o que fora decidido pelo Ministro da Justiça na declaração de anistia da Senhora Celia Zanquetta e as providências adotadas pelo GDF.*

*33. Não cabe ao GDF, s.m.j, ampliar direitos concedidos com base na Lei nº 10.559/2002; pois a competência é do Ministério da Justiça, ao qual deveria ser dirigida qualquer irresignação quanto à forma com que fora concedida a anistia.*

*34. Por fim, como a notificação para a presente defesa não havia contemplado a possibilidade de se considerar ilegal a reintegração da interessada ao Quadro de Servidores do GDF, sugere-se determinar que:*

*1) a jurisdicionada esclareça os fundamentos da reintegração da Senhora Celia Zanquetta ao Quadro de Servidores do GDF, uma vez que essa possibilidade não consta da Portaria nº 3722, de 20/12/2013, do Ministério da Justiça, órgão responsável para decidir a respeito dos pedidos de anistia, após a publicação da Lei nº 10.559/2002 e revogação do artigo 2º da Lei nº 6.683/1979;*

*2) a interessada, caso queira, apresente defesa prévia a esta Corte de Contas, ante a possibilidade de sua reintegração ao Quadro de servidores do GDF ser considerada ilegal, uma vez que a Lei nº 10.559/2002, que revogou o artigo 2º da Lei nº 6.683/1979, não previu a possibilidade de o Governador do Distrito Federal decidir sobre requerimentos relacionados a concessão de anistia política e, inclusive, limitou textualmente a hipótese de readmissão automática àqueles ‘que foram atingidos a partir de 1979’ (§5º do artigo 8º do ADCT).”*

14. Ao final, sugeriu ao c. **Plenário**:

*“1) tome conhecimento da defesa apresentada pela Senhora Celia Zanquetta em atenção ao determinado na Decisão nº 5407/2018, para, no mérito, considerá-la improcedente;*

*2) considere cumprida a Decisão nº 5407/2018;*

*3) considere ilegal a aposentadoria concedida à Senhora Celia Zanquetta, por meio da Ordem de Serviço de 28/01/2015 da SEDESTMIDH/DF, publicada no DODF de 29/01/2015, por falta de cumprimento do requisito temporal, devendo a Jurisdicionada, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), porque o tempo posterior à 05/10/1988 não pode ser contado para essa aposentadoria, uma vez que tal possibilidade não constou da Portaria nº 3722, de 20/12/2013, do Ministério da Justiça, publicada no DOU de 23/12/2013, por meio da qual fora declarada a anistia política da interessada;*

*4) determine diligência para que, em 30 dias a Jurisdicionada:*

*4.1) anule o Ato SIRAC-Concessões nº 14.723-2;*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

*4.2) esclareça os fundamentos da reintegração da Senhora Celia Zanquetta ao Quadro de Servidores do GDF, uma vez que essa possibilidade não consta da Portaria nº 3722, de 20/12/2013, do Ministério da Justiça, órgão responsável para decidir a respeito dos pedidos de anistia, após a publicação da Lei nº 10.559/2002 e revogação do artigo 2º da Lei nº 6.683/1979;*

*5) dê conhecimento do que vier a ser decidido à Senhora Célia Zanquetta, por meio de seu representante legal, facultando-lhe apresentar defesa prévia a esta Corte de Contas, ante a possibilidade de sua reintegração ao Quadro de servidores do GDF ser considerada ilegal, uma vez que a Lei nº 10.559/2002, que revogou o artigo 2º da Lei nº 6.683/1979, não previu a possibilidade de o Governador do Distrito Federal decidir sobre requerimentos relacionados a concessões de anistia política e, inclusive, limitou textualmente a hipótese de readmissão automática àqueles que foram atingidos a partir de 1979 (§5º do artigo 8º do ADCT)."*

15. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.
16. O atual momento processual se presta para verificar se a jurisdicionada deu cumprimento à deliberação plenária contida na r. **Decisão nº 5.407/2018**, bem como para analisar a defesa apresentada pela interessada.
17. Com efeito, verifico que a jurisdicionada providenciou a notificação da ex-servidora Celia Zanquetta, que apresentou alegações de defesa.
18. Sobre os argumentos de defesa, este **Parquet** de Contas **comunga** com esposado pelo Corpo Instrutivo, quanto à **improcedência das alegações**.
19. A alegação de que *"a Portaria MJ nº 3722, publicada no DOU de 23/12/2013, que delimitou período de 2/08/72 a 05/10/88, que limitou a contagem de tempo para fins de aposentaria do RECORRENTE, portaria essa que está viciada", "pois a portaria nada mais é um ato administrativo, que sem nenhuma fundamentação jurídica restringiu período para contagem de prazo para todos Os efeitos, infringindo diretamente o Inciso III, do art. 10 da Lei nº 10.559/02", não merece prosperar.*
20. Conforme exaurido pela 2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal, a Lei nº 10.559/2002 estabeleceu como competência do Ministro de Estado da Justiça a decisão nos processos que tratassem acerca de anistia política. Não há que se falar em vício e falta de fundamentação jurídica, já que o legislador foi taxativo quando estabeleceu a competência para tratar sobre assuntos dessa natureza.
21. Ademais, **não restou identificado demanda judicial que pudesse garantir a manutenção da concessão**.
22. Desse modo, as razões de defesa apresentadas pela interessada em nada contribuíram para que o período computado, **posterior à data limite expressa na Portaria nº 3722**, de 20/12/2013, do Ministério da Justiça, fosse considerado para a manutenção da concessão





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**QUARTA PROCURADORIA**

ora em análise. A contagem após 5/10/1988, portanto, não se mostra possível, **a não ser que houvesse alguma decisão judicial que a respaldasse.**

23. Assim sendo, o **MPC/DF** converge com as conclusões da Unidade Técnica quanto à **improcedência das alegações de defesa** e opina pela **ilegalidade da concessão**, pelo fato de o requisito temporal para aposentadoria não ter sido atendido. Ainda, entendo que a jurisdicionada deverá adotar as medidas necessárias para o efetivo cumprimento do que vier a ser decidido pelo e. **Plenário**.

24. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas** opina pelo acolhimento das sugestões emanadas da zelosa Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 27 de junho de 2019.

**Marcos Felipe Pinheiro Lima**  
Procurador-Geral